

A partir do parágrafo 12 da segunda seção da Fundamentação da Metafísica dos Costumes (FMC), Kant pretende estabelecer os diferentes imperativos a partir do conceito de vontade. Essa etapa argumentativa está inserida no movimento analítico da argumentação da FMC. Portanto, os diversos imperativos (hipotéticos e categóricos), resultantes da análise, dependerão do modo como tomarmos esse conceito.

Vontade é dita "a capacidade de agir segundo a representação das leis, isto é, segundo princípios" (4:412). Há três dimensões de vontade imbricadas nessa concepção: vontade como a capacidade de 1) se representar leis, 2) derivar ações dessas leis representadas (princípios) e 3) determinar-se a fazer o que é derivado das leis representadas. Dificuldades já emergem se não estiver clara a diferença dessas dimensões como, por exemplo, a estranha concepção de agência que Robert P. Wolff atribui a Kant.

Maiores problemas emergem com o conceito de imperativo. O imperativo é a fórmula da representação de um princípio objetivo (enquanto obrigante), o qual é válido para todos os agentes e que todos agentes adotariam "se a razão fosse inteiramente senhora da faculdade de desejar" (4:400). O maior problema emerge da determinação do que conta como princípio objetivo. Considerando que princípios éticos e técnicos/prudenciais são objetivos e que as ações deles derivadas são objetivamente necessárias, ainda que subjetivamente contingentes, parece seguir-se daí o fato de que seria possível praticar uma ação que não é derivada de princípio algum (uma ação circunstancial), conclusão essa que se choca com a dimensão 2) da vontade. O objetivo do atual estágio de pesquisa é formular claramente esse problema e tentar solucioná-lo a partir da letra do texto kantiano.